

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**A América Latina e a intervenção norte-americana: O papel dos Estados Unidos na
derrocada do socialismo chileno no início dos anos 70.**

Giovana Figueiredo Calil Lopes

**DOURADOS
MATO GROSSO DO SUL
MARÇO DE 2024**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS

FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A América Latina e a intervenção norte-americana: O papel dos Estados Unidos na derrocada do socialismo chileno no início dos anos 70.

Giovana Figueiredo Calil Lopes

Orientador: Prof. Janiffer Tammy Gusso Zarpelon

Área de concentração: 7.05.04.02-4 História Latino-Americana.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais sob a orientação da Prof.^a Janiffer Tammy Gusso Zarpelon.

**DOURADOS
MATO GROSSO DO SUL
MARÇO DE 2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L864a Lopes, Giovana Figueiredo Calil

A América Latina e a intervenção norte-americana: O papel dos Estados Unidos na derrocada do socialismo chileno no início dos anos 70. [recurso eletrônico] / Giovana Figueiredo Calil Lopes. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Jeniffer Tammy Gusso Zarpelon.

TCC (Graduação em Relações Internacionais)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.

Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:

<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Revolução Chilena. 2. Governo de Allende. 3. Ditadura de Augusto Pinochet. 4. Influência dos EUA. I. Zarpelon, Jeniffer Tammy Gusso. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Em 04 de março de 2024, compareceu para defesa pública do Trabalho de Conclusão de Curso, requisito obrigatório para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, a aluna **Giovana Figueiredo Calil Lopes** tendo como título “**A AMÉRICA LATINA E A INTERVENÇÃO NORTE AMERICANA: O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA DERROCADA DO SOCIALISMO CHILENO NO INÍCIO DOS ANOS 70**”.

Constituíram a Banca Examinadora os professores **Dra. Janiffer Tammy Gusso Zarpelon** (orientadora), **Dra. Déborah Silva do Monte** (examinadora) e **Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho** (examinador).

Após a apresentação e as observações dos membros da banca avaliadora, o trabalho foi considerado **aprovado**.

Por nada mais terem a declarar, assinam a presente Ata.

Observações: Correções sugeridas pela banca. _____

Assinaturas:

Documento assinado digitalmente
JANIFFER TAMMY GUSSO ZARPELON
Data: 08/03/2024 10:55:35-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Janiffer Tammy Gusso Zarpelon

Orientadora

Documento assinado digitalmente
DEBORAH SILVA DO MONTE
Data: 11/03/2024 11:58:37-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dra. Déborah Silva do Monte

Examinador

Documento assinado digitalmente
CARLOS ROBERTO STAINE PRADO FILHO
Data: 08/03/2024 13:06:55-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Dr. Carlos Roberto Staine Prado Filho

Examinadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de expressar minha gratidão a Deus pela sabedoria e fé que Ele me concedeu ao longo de toda a minha trajetória acadêmica. Meus pais, irmãos, avós e amigos desempenharam um papel fundamental nessa jornada repleta de desafios, momentos de alegria e lembranças inesquecíveis. Eles estavam ao meu lado compartilhando tanto os momentos de felicidade quanto os de dificuldade, e não poderia ter alcançado tudo isso sem o apoio incansável de cada um deles.

Também não posso deixar de expressar minha profunda gratidão à minha instituição de ensino, a UFGD, que não apenas me proporcionou uma educação de qualidade, mas também demonstrou ser extremamente acolhedora e solidária quando necessário. A UFGD fez parte essencial do meu crescimento pessoal e acadêmico, e por isso serei eternamente grata.

Além disso, gostaria de dedicar um agradecimento especial à minha orientadora, Janiffer, que sempre esteve disponível e foi solícita, auxiliando-me em todas as minhas dúvidas ao longo dos anos acadêmicos e orientando-me com sabedoria no desenvolvimento desta pesquisa tão significativa para mim.

Cada pessoa e cada instituição mencionada desempenhou um papel vital em minha jornada, e por isso expresso minha profunda gratidão a todos eles.

FIGUEIREDO CALIL, Giovana. **A AMÉRICA LATINA E A INTERVENÇÃO NORTE AMERICANA: O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA DERROCADA DO SOCIALISMO CHILENO NO INÍCIO DOS ANOS 70.**2024.XX f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados,2024.

RESUMO

A presente pesquisa irá explorar a influência da Revolução Chilena no país e as respostas internacionais e intervenções associadas, com principal ênfase no papel desempenhado pelos Estados Unidos, que se opuseram ao governo de Allende. Além disso, examinará o impacto das políticas neoliberais implementadas durante a ditadura de Augusto Pinochet, que introduziu medidas econômicas rigorosas no país, causando muitas mortes e violência à população. Para elaborar este trabalho, foram estudadas diversas obras literárias de renome que tiveram um impacto significativo na história passada do Chile, destacando a persistente influência da revolução Chilena na política, na sociedade e na identidade do país até os dias atuais. A pesquisa procura, assim, traçar conexões entre o passado e o presente, explorando como esses eventos históricos moldaram a trajetória do Chile. Portanto, esta pesquisa não apenas busca compreender as dimensões históricas e políticas da Revolução Chilena e seus desdobramentos, mas também almeja contextualizar esses eventos no cenário internacional e nas dinâmicas socioeconômicas da época.

Palavras-chave: Revolução Chilena, Governo de Allende, Ditadura de Augusto Pinochet, Influência dos EUA.

ABSTRACT

This research will explore the influence of the Chilean Revolution within the country and the associated international responses and interventions, with the main emphasis on the role played by the United States, which opposed Allende's government. In addition, it will examine the impact of the neoliberal policies implemented during the dictatorship of Augusto Pinochet, who introduced strict economic measures in the country, causing many deaths and violence to the population. To prepare this work, several renowned literary works that have had a significant impact on Chile's past history were studied, highlighting the persistent influence of the Chilean revolution on the country's politics, society and identity to this day. The research thus seeks to draw connections between the past and the present, exploring how these historical events have shaped Chile's trajectory. Therefore, this paper not only seeks to understand the historical and political dimensions of the Chilean Revolution and its developments, but also aims to contextualize these events in the international scenario and in the socio-economic dynamics of the time.

Keywords: Chilean Revolution, Allende's government, Augusto Pinochet's dictatorship, US influence.

SUMÁRIO

	Página
1.INTRODUÇÃO.....	09
2. O IMPERIALISMO AMERICANO E A AMÉRICA LATINA.....	12
2.1 O Conceito de Imperialismo.....	12
2.2 O Crescimento do Imperialismo Americano.....	15
2.3 Os Efeitos do Imperialismo Americano na América Latina.....	20
2.3.1 Os governos militares latino americanos e o apoio estadunidense.....	22
3. O CHILE PRÉ-INTERVENÇÃO.....	26
3.1 Chile E Seu Processo De Desenvolvimento Econômico, Social E Político.....	26
3.2 O Berço Da Cepal.....	30
3.3 O Contexto Político Chileno Com A Eleição De Salvador Allende.....	35
4. A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS E O GOVERNO DE AUGUSTO PINOCHET.....	38
4.1 A ditadura do General Pinochet no Chile.....	38
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
6. REFERÊNCIAS.....	46

A AMÉRICA LATINA E A INTERVENÇÃO NORTE AMERICANA: O PAPEL DOS ESTADOS UNIDOS NA DERROCADA DO SOCIALISMO CHILENO NO INÍCIO DOS ANOS 70.

1. INTRODUÇÃO

A trajetória política na América Latina mostra uma propensão a subordinar os princípios democráticos aos interesses econômicos dos Estados Unidos. Este padrão repetiu-se em vários momentos, inclusive na tentativa de Salvador Allende Gossens de promover a independência do Chile. Esta monografia debate a influência norte-americana na política de Estados latino-americanos, sublinhando a diminuição de sua soberania.

No início dos anos 1970, a América Latina passava por um contexto de intensa mobilização social e política, com movimentos populares buscando transformações sociais e econômicas. Nesse cenário, o Chile se destacou como um caso emblemático, com a eleição do presidente socialista Salvador Allende em 1970, que implementou uma série de reformas de cunho socialista, conhecida como a "via chilena para o socialismo".

A ascensão do socialismo de Allende em 1970 no Chile representou o marco inicial de uma proposta singular na América Latina, ou seja, instaurar o socialismo por meio de transformações substanciais no sistema econômico, político e social do país, sem a necessidade de recorrer a uma revolução armada.

No entanto, a experiência chilena enfrentou grandes obstáculos, sendo um deles o papel dos Estados Unidos na derrocada do governo de Allende. Os Estados Unidos, liderados pelo presidente Richard Nixon e seu conselheiro de Segurança Nacional, Henry Kissinger, estavam preocupados com o avanço do socialismo na região e viram no Chile uma ameaça aos seus interesses econômicos e geopolíticos.

A intervenção dos Estados Unidos no Chile envolveu diferentes estratégias. Uma delas foi o apoio ativo aos setores opostos a Allende, como a burguesia local, os partidos de direita e as forças armadas.

Além disso, os Estados Unidos promoveram um boicote econômico ao Chile, restringindo investimentos e linhas de crédito, o que agravou a crise econômica no país. Através de ações diplomáticas e pressões políticas, buscaram isolar internacionalmente o governo chileno, minando sua legitimidade e enfraquecendo sua posição.

O apoio dos Estados Unidos à derrubada de Allende também teve implicações diretas no golpe militar liderado pelo general Augusto Pinochet em 11 de setembro de 1973. O golpe resultou na morte de Allende e na instauração de uma ditadura militar que durou até 1990, marcada por violações graves dos direitos humanos e repressão política.

Essa intervenção dos Estados Unidos no Chile reflete uma postura geral em relação à América Latina durante a Guerra Fria, na qual a doutrina de segurança nacional norte-americana buscava conter o avanço do socialismo na região. O caso chileno exemplifica como os Estados Unidos estavam dispostos a intervir e desestabilizar governos considerados ameaças aos seus interesses, mesmo que isso significasse a negação dos princípios democráticos e o apoio a regimes autoritários.

A metodologia adotada baseou-se principalmente na pesquisa bibliográfica, com um foco direcionado para as vozes e perspectivas de autores latino-americanos. Esta abordagem permitiu uma análise aprofundada das questões tratadas no estudo, ao mesmo tempo em que proporcionou uma compreensão mais ampla das peculiaridades e contextos específicos da região latino-americana. A pesquisa bibliográfica permitiu explorar uma variedade de obras, artigos e documentos escritos por autores que compartilham experiências e reflexões sobre os temas abordados no trabalho.

Este trabalho segue uma linha de desenvolvimento que se inicia no Capítulo 1 dedicado ao estudo, relação e surgimento do imperialismo nas Relações Internacionais. O foco recai especialmente no imperialismo americano, abordando suas causas e consequências na América Latina. Ao longo das décadas, diversos teóricos têm examinado esse fenômeno, explorando sua influência na intrincada interação entre Estados, sociedades e poder.

Em seguida, no capítulo 2, será empreendida uma análise aprofundada no desenvolvimento do Chile, focalizando os desafios enfrentados e as conquistas obtidas em seu crescimento nos âmbitos político, econômico e social. Este exame abrange destacar as transformações significativas que ocorreram, não apenas na estrutura política e econômica, mas também na identidade nacional do país. Serão explorados os impactos dessas mudanças no desenvolvimento global da nação, proporcionando uma compreensão abrangente do papel desempenhado pelo Chile em sua trajetória histórica.

No capítulo final, serão discutidas as características do governo de Augusto Pinochet e pelo seu surgimento no poder por meio de um golpe militar, notoriamente marcado pelo dia 11 de setembro. Esse episódio foi associado a uma extensa violência e repressão perpetradas pelas forças militares. O advento desse golpe inaugurou um período de governo totalitário, caracterizado por um clima de temor que permeou a população chilena. As consequências

desse período persistem até os dias atuais, deixando uma marca indelével no curso histórico do país.

Os impactos duradouros desses eventos reverberam profundamente na atualidade, deixando sequelas políticas, sociais e econômicas que moldaram significativamente a trajetória do Chile. A experiência chilena destaca-se como exemplo emblemático dos efeitos das intervenções externas nos assuntos internos de uma nação, especialmente quando guiadas por motivações geopolíticas e econômicas.

Em suma, a intervenção dos Estados Unidos na queda do socialismo chileno nos anos 1970 foi marcada por ações de desestabilização política, boicote econômico e apoio ao golpe militar. Esses eventos deixaram marcas profundas na história do Chile e da América Latina, destacando o papel desempenhado pelos interesses geopolíticos e econômicos dos Estados Unidos na região. Além disso, o respaldo direto ao golpe militar, materializado por meio de assistência militar e diplomática, foi uma demonstração clara de intervenção ativa dos Estados Unidos.

2. O IMPERIALISMO AMERICANO E A AMÉRICA LATINA.

Este capítulo inaugura a análise do presente trabalho, cujo escopo recai sobre o estudo do conceito de imperialismo no contexto das Relações Internacionais (RI) e sua manifestação no cenário das Américas, com foco particular no imperialismo americano e seus reflexos na América Latina. O imperialismo, enquanto fenômeno multifacetado e historicamente relevante, tem sido objeto de estudo e debate por parte de renomados teóricos das RI ao longo das décadas. Sua influência, abrangência e dinâmicas têm sido exploradas por autores que se debruçaram sobre a complexa interação entre Estados, sociedades e poder.

Neste capítulo, delinearemos a compreensão de imperialismo a partir das perspectivas de proeminentes autores das RI, tais como Lenin (2021), que o considerou como uma fase superior do capitalismo marcada pela busca de mercados e áreas de influência por parte das potências industriais. As interpretações deste e outros pensadores embasarão minha análise crítica do conceito de imperialismo e suas ramificações.

A segunda parte deste capítulo se voltará ao estudo do surgimento e desenvolvimento do imperialismo americano, cuja trajetória se entrelaça com a emergência dos Estados Unidos como uma potência global no final do século XIX e início do século XX. Autores como Williams (1988) e Mann (2014) nos proporcionarão uma perspectiva histórica sobre as motivações, estratégias e implicações desse processo.

Uma das regiões que ocorreu a atuação do imperialismo americano foi a América Latina, região que experimentou profundas transformações sociais, políticas e econômicas em decorrência da intervenção e influência dos Estados Unidos. Autores como Galeano (2010) e Chomsky (2003) oferecerão análises críticas sobre os impactos dessas relações assimétricas, evidenciando os efeitos sobre a soberania, desenvolvimento e autonomia dos países latino-americanos.

2.1 O Conceito de Imperialismo

O imperialismo é abordado por diferentes perspectivas e enfoques, há algumas definições gerais comumente discutidas. O imperialismo é geralmente entendido como um sistema político, econômico e cultural no qual uma nação ou grupo de nações busca exercer controle e influência sobre outros territórios, povos e recursos.

Vladimir Lenin (1917), um dos principais teóricos do imperialismo, define-o como a etapa mais avançada do capitalismo. Para ele, o imperialismo surge quando o capitalismo atinge seu estágio monopolista, com empresas e oligopólios dominando a economia. Nesse contexto, as grandes potências capitalistas buscam expansão e controle de mercados externos, recursos naturais e mão de obra barata, com o objetivo de obter lucros e garantir sua posição dominante.

Outro autor relevante é Joseph Schumpeter (1961), que vê o imperialismo como uma expressão da lógica do capitalismo em busca de oportunidades de investimento e expansão. Ele argumenta que o imperialismo surge da necessidade das elites econômicas encontrarem novos mercados, recursos e áreas para investir seus excedentes de capital.

Moniz Bandeira e Florestan Fernandes são dois importantes autores brasileiros que abordaram o tema do imperialismo em suas obras. Embora com perspectivas e abordagens diferentes, ambos contribuíram para a compreensão do conceito e dos efeitos do imperialismo.

Para Moniz Bandeira, autor do livro "Formação do Império Americano: Da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque" (2005), o imperialismo é um processo de dominação e exploração econômica, política e cultural exercido por países ou potências sobre outros países ou regiões. Ele analisa o imperialismo como uma continuação histórica do colonialismo, enfatizando a busca por mercados, recursos naturais e áreas de influência por parte das potências hegemônicas.

O imperialismo moderno, principalmente no século XX, é caracterizado pela ação das grandes potências, como os Estados Unidos, que utilizam estratégias como intervenções militares, golpes de Estado e manipulação política para promover seus interesses econômicos e geopolíticos em diferentes partes do mundo. Ele também aborda a formação de blocos econômicos e o papel das instituições financeiras internacionais na consolidação do poder das nações imperialistas (BANDEIRA, 2005)

Já Florestan Fernandes, sociólogo brasileiro e autor de "A Revolução Burguesa no Brasil: Ensaio de Interpretação Sociológica" (2020), analisa o imperialismo a partir de uma perspectiva marxista e foca suas consequências nas sociedades colonizadas. Para ele, o imperialismo é um estágio avançado do capitalismo, caracterizado pela expansão dos monopólios capitalistas e pela busca por novos mercados e fontes de matérias-primas.

O imperialismo não apenas explora economicamente as nações submetidas, mas também exerce controle político e cultural, impondo suas ideias e valores. O autor enfatiza a relação de dependência e subordinação entre os países imperialistas e as nações colonizadas,

ressaltando as desigualdades econômicas e sociais geradas por esse sistema (FERNANDES, 2020).

Ambos os autores concordam que o imperialismo é um fenômeno complexo e multifacetado, com implicações políticas, econômicas e sociais. Eles analisam as estratégias, os interesses e os impactos do imperialismo em diferentes regiões do mundo, fornecendo uma base teórica para entender as relações de poder entre as nações e as consequências do processo de dominação e exploração.

Ao citar o conceito de imperialismo, é importante também falar sobre o conceito de dominação, que muitas vezes o acompanha. A dominação refere-se ao exercício de poder e controle por parte de uma nação ou grupo de nações sobre outras. Essa dominação pode ocorrer por meio de mecanismos políticos, econômicos, militares e culturais.

Antonio Gramsci (2007) destaca o papel da dominação cultural no imperialismo. Ele argumenta que a classe dominante estabelece sua hegemonia não apenas por meio da coerção física, mas também por meio do controle dos valores, ideias e crenças da sociedade. Através da disseminação de sua cultura, língua, costumes e ideologia, a classe dominante busca moldar a consciência coletiva e perpetuar sua dominação.

Florestan Fernandes (1973), na obra "Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina", verifica que o imperialismo é uma fase avançada do capitalismo, na qual o sistema econômico se expande para além das fronteiras nacionais e busca explorar novos mercados e fontes de matérias-primas.

O autor apresenta quatro tipos de dominação em sua obra:

- A primeira é a Dominação Direta. Esse tipo de dominação refere-se ao controle político e militar exercido por forças externas, principalmente pelos países imperialistas (FERNANDES, 1973). Nesse caso, a dominação é imposta por meio da coerção e da intervenção direta nos assuntos internos dos países latino-americanos, como intervenções militares ou apoio a regimes autoritários.
- O segundo tipo de dominação é a Indireta, que ocorre por meio de mecanismos econômicos e financeiros, como o controle do comércio, dos investimentos e das políticas econômicas. Os países centrais, por meio de instituições financeiras internacionais e multinacionais, exercem influência e imposições econômicas nos países latino-americanos, gerando dependência econômica (FERNANDES, 1973).
- Já a Dominação Interna refere-se ao controle exercido por elites locais, que estão vinculadas aos interesses e benefícios do capital estrangeiro. Essas elites atuam como intermediárias entre os interesses internacionais e as estruturas de poder locais,

mantendo uma relação de dependência com os países centrais e perpetuando desigualdades sociais e econômicas na região (FERNANDES, 1973).

- Por último, a Combinada é uma combinação dos três tipos anteriores, em que há uma interação complexa entre a dominação direta, indireta e interna. Fernandes (1973) argumenta que esses diferentes tipos de dominação se entrelaçam e se reforçam mutuamente, formando uma estrutura de poder complexa e hierárquica no contexto do capitalismo dependente na América Latina.

Desta forma, o imperialismo refere-se então ao sistema no qual uma nação ou grupo de nações busca exercer controle e influência sobre outros territórios, povos e recursos. Esse processo de dominação pode ocorrer em diferentes esferas, incluindo política, econômica, militar e cultural.

2.2 O Crescimento do Imperialismo Americano

"Nuestra América" é uma obra escrita por José Martí (1891), um renomado intelectual, escritor e ativista político cubano no final do século XIX. Neste texto, Martí analisa a relação entre a América Latina e o imperialismo americano, destacando os desafios enfrentados pela região e expondo sua visão sobre a necessidade de uma identidade latino-americana independente.

José Martí (1891) expressou preocupações sobre a influência estrangeira e a exploração econômica nas nações latino-americanas, que são consistentes com muitas das preocupações associadas ao imperialismo. Segundo Martí (1891), o imperialismo pode ser entendido como a expansão de influência, poder e controle de nações mais poderosas sobre nações mais fracas, muitas vezes com o objetivo de exploração econômica e dominação política. Ele estava particularmente preocupado com o expansionismo de potências estrangeiras, como os Estados Unidos, na América Latina.

Martí (1891) via o imperialismo como uma ameaça à soberania, à identidade cultural e à autodeterminação das nações latino-americanas. Ele argumentava que a região deveria resistir à influência estrangeira e buscar um desenvolvimento autônomo, mantendo sua própria voz e valores culturais. Além disso, também destacava a importância da unidade entre as nações latino-americanas como forma de resistir à exploração e à dominação estrangeira.

Segundo Martí (2016), a América Latina estava sujeita à influência e ao controle dos Estados Unidos, que buscavam expandir seu domínio econômico e político sobre a região. Ele

argumentou que o imperialismo americano, representado pelo expansionismo dos Estados Unidos, ameaçava a soberania e a autodeterminação dos países latino-americanos.

O autor criticou o modelo de desenvolvimento imposto pelos Estados Unidos, que ele considerava prejudicial aos interesses e à independência da América Latina. Ele denunciou a exploração dos recursos naturais e humanos da região pelos países imperialistas, destacando o impacto negativo que isso tinha na economia e na vida dos latino-americanos. Martí também advertiu sobre a ameaça cultural e ideológica representada pelo imperialismo, que buscava impor seus valores e padrões culturais à América Latina (MARTÍ, 2016).

Além disso, Martí (2016) enfatizou a importância da solidariedade e da união entre os países latino-americanos como forma de resistir ao imperialismo e de construir uma identidade comum. Ele defendeu a necessidade de uma América Latina unida, livre da influência estrangeira, que buscasse seu próprio caminho de desenvolvimento e protegesse seus interesses.

O surgimento do imperialismo americano e as raízes da dominação dos Estados Unidos sobre a América Latina remontam ao final do século XIX e início do século XX. Vários fatores contribuíram para o surgimento e consolidação desse processo de dominação. Porém, o fenômeno do imperialismo americano foi considerado uma novidade. Isto porque, durante o século XIX, apesar da posição econômica e social que os EUA tinham sobre a América Latina, o Estado se considerava decididamente anti-imperialista (SARAIVA, 2017).

Durante o século XIX, os Estados Unidos se consideravam anti-imperialistas, principalmente por causa de sua história e identidade como uma nação recém-independente que se rebelou contra o domínio colonial britânico. Os fundadores da república americana estabeleceram princípios políticos que buscavam evitar o envolvimento em conflitos externos e desencorajar o imperialismo (WILLIAMS, 1988).

Uma das razões para essa postura anti-imperialista foi a doutrina do "Destino Manifesto". Essa ideia, popularizada na década de 1840, sustentava que os Estados Unidos tinham uma missão divina de expandir seus valores democráticos e seu estilo de vida pelo continente americano (WILLIAMS, 2007). No entanto, essa expansão era justificada como uma forma de libertar e civilizar as terras "selvagens", e não como uma forma de conquistar e dominar povos estrangeiros.

A visão anti-imperialista dos Estados Unidos também foi influenciada por pensadores e líderes políticos da época. Thomas Jefferson, por exemplo, argumentava que a república americana deveria ser um modelo de governo democrático e evitar a intervenção nos assuntos de outros países. O presidente James Monroe, em sua famosa Doutrina Monroe

em 1823, proclamou que os Estados Unidos não interfeririam nos assuntos internos dos países europeus nem permitiriam novas colônias nas Américas.

Os Estados Unidos se consideravam anti-imperialistas no século XIX devido a sua história de independência e princípios políticos. No entanto, ao longo do tempo, fatores como o crescimento econômico, o pensamento realista nas Relações Internacionais e experiências como a Guerra Hispano-Americana levaram a uma mudança gradual na postura dos Estados Unidos em relação ao imperialismo.

Ao longo do final do século XIX e início do século XX, essa postura anti-imperialista começou a mudar à medida que os Estados Unidos buscaram um maior envolvimento internacional. Vários fatores contribuíram para essa mudança de atitude. Uma das principais mudanças foi o crescimento econômico e industrial dos Estados Unidos. A nação se tornou uma potência econômica e estava interessada em expandir seus mercados e recursos naturais além das fronteiras. Isso levou a uma maior busca por influência e controle sobre outras regiões, resultando em práticas que podem ser consideradas imperialistas (CHOMSKY, 2003).

A Doutrina Monroe, proclamada em 1823, estabeleceu a ideia de "América para os americanos", ou seja, a pretensão de que os Estados Unidos tinham o direito de exercer influência e controle sobre a América Latina, como se fosse sua esfera de influência natural. Essa doutrina foi utilizada para justificar a intervenção e o intervencionismo dos Estados Unidos na região, em nome da proteção de seus interesses (WILLIAMS, 1988). Com esta doutrina, os EUA afirmavam a oposição à colonização europeia nas Américas e estabeleciam a esfera de influência do país.

Outro fator importante foi a ascensão do pensamento do "realismo" nas Relações Internacionais. Autores como Alfred Thayer Mahan (1918) defenderam a importância do poder naval e territorial para o sucesso de uma nação. Essas ideias, de acordo com Mahan (1918) contribuíram para a crescente militarização e expansão naval dos Estados Unidos, levando à aquisição de territórios como as Filipinas, Guam e Porto Rico após a Guerra Hispano-Americana de 1898.

A Guerra Hispano-Americana de 1898 também desempenhou um papel fundamental no fortalecimento do imperialismo americano. A vitória dos Estados Unidos sobre a Espanha resultou na aquisição de Porto Rico, das Filipinas e de Guam. Essa guerra estabeleceu uma presença militar direta dos Estados Unidos no Caribe e no Pacífico, permitindo o controle estratégico e econômico dessas regiões (GALEANO, 2010).

A partir desse momento, os Estados Unidos passaram a exercer uma influência cada vez maior na América Latina, seja através de intervenções diretas, como no caso das ocupações militares em países como Cuba, República Dominicana, Nicarágua e Haiti, seja através de acordos econômicos desfavoráveis, como a imposição de tratados comerciais desiguais e a exploração de recursos naturais.

A guerra marcou a primeira vez que os Estados Unidos se envolveram militarmente em uma escala global, e a ocupação dos territórios conquistados despertou um debate interno sobre a natureza imperialista dessas ações (BANDEIRA, 2005). Williams (1988) argumenta que as ações dos Estados Unidos não eram compatíveis com os ideais fundadores da nação. Ele afirma que a busca por mercados e recursos em outras partes do mundo contradizia a visão original de uma república baseada em valores democráticos e não intervencionistas.

Os Estados Unidos se consideravam anti-imperialistas no século XIX devido a sua história de independência e princípios políticos. No entanto, ao longo do tempo, fatores como o crescimento econômico, o pensamento realista nas Relações Internacionais e experiências como a Guerra Hispano-Americana levaram a uma mudança gradual na postura dos Estados Unidos em relação ao imperialismo.

Segundo Fernandes (1975), o imperialismo americano se desenvolveu a partir da necessidade do capitalismo monopolista de expandir seus lucros e enfrentar crises internas. Os Estados Unidos, como uma potência capitalista em ascensão, buscaram estender sua influência sobre a América Latina como parte de uma estratégia de dominação global.

O imperialismo americano foi marcado por uma relação de dependência entre os países imperialistas e as nações colonizadas. As potências dominantes exerceram controle político, econômico e cultural sobre as nações latino-americanas, explorando seus recursos naturais e impulsionando uma divisão internacional do trabalho desfavorável (FERNANDES, 1975).

Bandeira (2005) e Fernandes (2020), concordam que o nascimento do imperialismo americano esteve ligado a interesses econômicos e geopolíticos dos Estados Unidos. Através de intervenções militares, acordos comerciais desiguais e influência cultural, os Estados Unidos buscaram estender sua hegemonia sobre a América Latina, consolidando-se como uma potência imperialista na região.

Um dos principais fatores foi a ascensão dos Estados Unidos como potência econômica e industrial no final do século XIX. A Revolução Industrial impulsionou o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos, tornando-os uma potência industrial e produtora de excedentes (GALEANO, 2010). Esse crescimento econômico criou uma necessidade de

mercados externos para a venda de produtos e a obtenção de matérias-primas, impulsionando uma política expansionista.

Outro fator importante foi o contexto internacional, marcado pelas disputas imperiais das grandes potências europeias. No final do século XIX, houve uma corrida imperialista, na qual países europeus buscaram estabelecer colônias e áreas de influência ao redor do mundo. Os Estados Unidos, buscando afirmar-se como uma potência global, viram nessa competição uma oportunidade de expandir sua influência sobre a América Latina, evitando a presença de potências europeias hostis nas proximidades de seu continente (CHOMSKY, 2003).

A "Doutrina Roosevelt" é frequentemente associada à política externa dos Estados Unidos durante o governo do presidente Theodore Roosevelt (1901-1909). Ela descreve um conjunto de princípios que enfatizavam a atuação dos Estados Unidos como uma potência global, promovendo seus interesses e influência nas questões internacionais. A "Doutrina Roosevelt" tinha como base a crença de que os Estados Unidos tinham a responsabilidade de garantir a estabilidade nas Américas e, se necessário, intervir militarmente para proteger seus interesses (BANDEIRA, 2005).

De acordo com Muniz Bandeira (2005), a "Doutrina Roosevelt" foi uma manifestação clara do expansionismo e do imperialismo dos Estados Unidos. Ele destaca que a doutrina enfatizava o direito dos Estados Unidos de intervir nas nações latino-americanas e caribenhas para manter a ordem e proteger seus interesses econômicos e políticos. E também argumenta que essa doutrina era um reflexo da busca dos Estados Unidos por hegemonia na região, buscando consolidar sua influência sobre as nações vizinhas.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial iniciou-se um novo período de significativa transformação no ambiente internacional. Isso porque os EUA emergem como uma superpotência global do conflito, a Europa se encontra devastada e o mundo se vê em uma divisão bipolar entre os Estados Unidos e a União Soviética (MORGENTHAU, 2003).

A "Doutrina Truman", anunciada pelo próprio presidente Truman em 1947, refletiu a política de contenção delineada por Kennan (1975). A doutrina afirmava o compromisso dos Estados Unidos em apoiar nações que resistissem às tentativas de subversão comunista. Ela teve como objetivo conter a influência soviética e estabelecer os Estados Unidos como líderes na luta contra a expansão comunista.

O imperialismo dos Estados Unidos sobre a América Latina se baseou em uma combinação de interesses econômicos, militares e geopolíticos. Os Estados Unidos buscaram controlar e explorar as riquezas naturais da região, como petróleo, minerais e recursos agrícolas, além de garantir mercados para seus produtos manufaturados (BANDEIRA, 2005).

Esse fenômeno também foi marcado por uma forte influência cultural e ideológica. Os Estados Unidos promoveram sua cultura, língua e valores como parte de uma estratégia de "americanização" da região, buscando difundir sua influência e consolidar sua hegemonia.

A consolidação do imperialismo americano se dá por meio de intervenções diretas, como ocupações militares em países da América Latina, como Cuba, República Dominicana, Nicarágua e Haiti (BANDEIRA, 2005). Essas intervenções visavam proteger interesses econômicos, como plantações de banana e empresas estrangeiras, e exercer controle político sobre essas nações.

A ocupação de Cuba pelos Estados Unidos ocorreu durante e após a Guerra Hispano-Americana em 1898, quando os EUA derrotaram a Espanha e assumiram o controle da ilha (GALEANO, 1971). Em 1916, os Estados Unidos ocuparam a República Dominicana para proteger interesses financeiros e garantir empréstimos estrangeiros (CHOMSKY, 1993). Os EUA intervieram na Nicarágua várias vezes, com ocupações militares em 1912, 1926-1933 e durante a década de 1980 em apoio aos Contras (COATSWORTH, 2008). Além das ocupações do Haiti em várias ocasiões, incluindo intervenções militares em 1915 e 1994 (RENDA, 2001).

O Consenso de Washington refere-se a um conjunto de políticas econômicas e reformas estruturais recomendadas por instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, na década de 1980. Essas políticas foram promovidas como medidas para promover o desenvolvimento econômico e a estabilidade nos países em desenvolvimento, mas têm sido objeto de críticas consideráveis (STRANGE, 1988).

O Consenso de Washington inclui medidas como a liberalização do comércio e dos investimentos, a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados financeiros, a redução dos gastos públicos e a estabilização macroeconômica. No entanto, essas políticas foram frequentemente acusadas de agravar as desigualdades sociais, aumentar a dependência externa e enfraquecer a capacidade dos Estados de proteger os interesses nacionais e promover o desenvolvimento sustentável (STRANGE, 1988).

2.3 Os Efeitos do Imperialismo Americano na América Latina

Dentro do campo das Relações Internacionais, vários autores têm abordado o desenvolvimento da América Latina atrelado ao imperialismo americano. Eles examinam a influência dos Estados Unidos na região e os impactos socioeconômicos desse envolvimento.

Eduardo Galeano, autor da obra "As Veias Abertas da América Latina" (2010), argumenta que o desenvolvimento da América Latina esteve intimamente ligado à exploração e ao saqueio de seus recursos naturais pelos países imperialistas, liderados pelos Estados Unidos. Galeano descreve um padrão histórico de dependência econômica e subordinação, no qual a região fornecia matérias-primas baratas e mão de obra para sustentar o crescimento econômico dos países industrializados.

O imperialismo americano na região visava garantir acesso a recursos estratégicos, como petróleo e minerais, bem como manter mercados para suas empresas. Segundo Chomsky (2003), que destaca a intervenção dos Estados Unidos em questões políticas e militares na América Latina, apoiando regimes autoritários e reprimindo movimentos populares que poderiam ameaçar seus interesses.

Para Chomsky (2003), o crescimento do imperialismo americano na América Latina tem sido marcado por intervenções políticas, apoio a regimes autoritários e busca por interesses econômicos, muitas vezes em detrimento da soberania dos países latino-americanos. Dando ênfase em como os Estados Unidos têm exercido influência sobre governos, recursos naturais e economias locais, perpetuando desigualdades sociais e econômicas na região.

Andre Gunder Frank (1967) escreve que a região era inserida em uma divisão internacional do trabalho desigual, na qual os países latino-americanos forneciam matérias-primas e produtos agrícolas aos países industrializados, liderados pelos Estados Unidos. Frank sustentava que essa relação econômica mantinha a dependência e o subdesenvolvimento da América Latina.

O desenvolvimento capitalista na região estava estreitamente ligado à expansão das empresas multinacionais americanas. Fernandes apontava que essas empresas controlavam setores-chave da economia, exercendo influência política e impedindo o desenvolvimento autônomo dos países latino-americanos (FERNANDES, 1973).

Esses são apenas alguns exemplos de autores das Relações Internacionais que analisaram o desenvolvimento da América Latina atrelado ao imperialismo americano. Suas perspectivas destacam as dinâmicas de exploração econômica, controle político e dependência estrutural entre a região e os Estados Unidos.

A região tem sido historicamente vista como uma fonte de recursos naturais para os países imperialistas, principalmente os Estados Unidos (GALEANO 2010). Argumenta-se que essa exploração levou à dependência econômica e à perpetuação de estruturas de desigualdade, afetando negativamente o desenvolvimento social e político dos países latino-americanos.

Walter Rodney (2018) discute o impacto do colonialismo e do imperialismo na exploração dos recursos naturais e humanos dos países periféricos. Embora seu foco principal seja a África, muitos dos argumentos apresentados podem ser aplicados à América Latina. Ele enfatiza como o imperialismo afetou negativamente o desenvolvimento econômico e social da região, gerando dependência e subdesenvolvimento.

As relações de poder entre países centrais e periféricos moldam as dinâmicas do sistema internacional. No contexto da América Latina, a região tem sido historicamente relegada a uma posição periférica, fornecendo recursos naturais e mão de obra barata para os países centrais, em particular os Estados Unidos. Essa exploração econômica tem perpetuado a dependência e o subdesenvolvimento na região (WALLERSTEIN, 2018).

O crescimento econômico dos Estados Unidos e sua busca por mercados externos resultaram em uma maior penetração do capital estrangeiro na região. Furtado (1929) enfatiza como essa presença econômica estrangeira tem impactado negativamente a capacidade dos países latino-americanos de promover seu próprio desenvolvimento econômico e social.

As intervenções políticas dos Estados Unidos, como apoio a ditaduras militares e intervenções militares diretas, influenciaram os regimes políticos e a estabilidade política na região. O'Donnell (2011) argumenta que o imperialismo americano muitas vezes minou os processos democráticos e a autonomia política dos países latino-americanos.

Os Estados Unidos buscaram proteger e promover seus interesses políticos, econômicos e estratégicos na região, muitas vezes às custas da soberania e autodeterminação dos países latino-americanos. Schoultz (1998) analisa a influência econômica dos Estados Unidos na América Latina, explorando o papel das empresas americanas, como as empresas bananeiras e petrolíferas, na exploração dos recursos naturais da região. Além disso, ele discute os esforços dos Estados Unidos para derrubar governos considerados desfavoráveis aos seus interesses, por meio de intervenções militares diretas ou apoio a golpes de Estado.

2.3.1 Os governos militares latino americanos e o apoio estado-unidense.

O imperialismo americano teve impactos significativos na América Latina, tanto do ponto de vista social quanto cultural. Ao longo do século XIX e início do século XX, os Estados Unidos exerceram uma influência cada vez maior sobre os assuntos internos dos países latino-americanos, resultando em mudanças sociais e culturais profundas na região.

Um dos principais impactos sociais do imperialismo americano foi a imposição de uma nova ordem econômica e política nos países latino-americanos. Os Estados Unidos buscaram

expandir seu acesso aos mercados e recursos naturais da região, muitas vezes por meio de intervenções militares e acordos comerciais desfavoráveis. Isso levou à dependência econômica desses países em relação aos Estados Unidos, resultando em desigualdades sociais, concentração de riqueza e exploração dos recursos naturais (GALEANO, 2010).

Além disso, a intervenção dos Estados Unidos muitas vezes teve efeitos negativos nas estruturas sociais existentes. Governos locais foram desestabilizados, elites locais foram marginalizadas e as populações indígenas e afrodescendentes frequentemente sofreram discriminação e exploração (CHOMSKY, 2003).

Culturalmente, o imperialismo americano também teve impactos profundos na América Latina. A influência cultural dos Estados Unidos se espalhou pela região, resultando na adoção de elementos culturais americanos e na erosão de tradições locais. A cultura popular, a música, o cinema e a moda americanos ganharam popularidade, enquanto as expressões culturais tradicionais foram muitas vezes marginalizadas (GALEANO, 2010).

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como uma das principais potências globais, desempenhando um papel fundamental no cenário internacional. A reconstrução da Europa através do Plano Marshall, o estabelecimento das Nações Unidas e a expansão do poderio econômico norte-americano foram fatores-chave que contribuíram para essa ascensão além do uso de instituições internacionais para moldar a ordem global após a Segunda Guerra Mundial (IKENBERRY, 2001).

A Segunda Guerra Mundial deixou a Europa devastada, e os EUA, apesar de sua participação no conflito, sofreram menos danos em comparação a outros Estados. Durante a guerra, a economia dos Estados Unidos havia experimentado um crescimento significativo devido à produção de guerra. E com o término do conflito, essa base industrial e econômica sólida permitiu que o país prosperasse (BANDEIRA, 2005). Como um dos principais membros dos Aliados, os Estados Unidos tiveram um papel central na derrota das Potências do Eixo. Isso conferiu aos EUA uma posição de liderança nas negociações do pós-guerra e permitiu que eles moldassem o cenário político e institucional que emergiu após o conflito.

A Segunda Guerra Mundial enfraqueceu as potências coloniais europeias, levando à descolonização e à independência de muitas nações na África, Ásia e Oriente Médio. Isso abriu espaço para os Estados Unidos expandirem sua influência em novas regiões, incluindo a América Latina (FANON, 1961).

A ascensão dos Estados Unidos como uma superpotência foi acompanhada pelo início da Guerra Fria, um período de tensões políticas e ideológicas entre as superpotências Estados Unidos e União Soviética. O início da Guerra Fria foi marcado pelo acirramento das tensões

entre os Estados Unidos e a União Soviética, que representavam dois sistemas políticos e econômicos antagônicos: o capitalismo democrático e o comunismo (KENNAN, 1947).

O início da Guerra Fria após a Segunda Guerra Mundial foi caracterizado pela rivalidade entre os Estados Unidos e a União Soviética. Diferenças ideológicas, disputas por influência na Europa, a formação de blocos militares como a OTAN e o Pacto de Varsóvia, além da corrida armamentista e desenvolvimento nuclear, amplificaram as tensões. A Crise de Berlim em 1948 destacou a hostilidade, levando os EUA a realizar a "Ponte Aérea de Berlim". Esse período testemunhou uma polarização global e conflitos indiretos, moldando as relações internacionais por décadas (KENNAN, 1947).

É notável papel dos Estados Unidos na promoção e sustentação de regimes autoritários e ditatoriais na América Latina, especialmente durante a Guerra Fria. A doutrina da "segurança nacional" dos Estados Unidos foi utilizada para justificar o apoio a governos repressivos, muitas vezes em nome da luta contra o comunismo (SCHOULTZ, 1998).

Schoultz adota uma abordagem crítica e analítica em sua obra, questionando a legitimidade das intervenções dos Estados Unidos na América Latina e os efeitos dessas políticas nas dinâmicas políticas e sociais da região. Ele também examina as consequências socioeconômicas dessas intervenções, incluindo desigualdades socioeconômicas, pobreza e instabilidade política.

Durante grande parte do século XX, os Estados Unidos apoiaram ativamente governos ditatoriais na América Latina, muitas vezes como parte de sua política externa para promover seus interesses políticos, econômicos e estratégicos na região. Esses governos autoritários eram frequentemente considerados aliados confiáveis pelos Estados Unidos, que buscavam garantir a estabilidade e conter a influência comunista durante a Guerra Fria.

Cuba desempenhou um papel significativo durante a Guerra Fria como um ator chave na política internacional e um símbolo de resistência aos Estados Unidos na América Latina. A Revolução Cubana de 1959, liderada por Fidel Castro, estabeleceu um governo socialista e desafiou abertamente a influência dos Estados Unidos na região. Cuba se tornou uma aliada próxima da União Soviética e foi palco de eventos que acirraram as tensões entre os blocos liderados pelos EUA e pela URSS (HARMER, 2011).

Durante a Guerra Fria, a América Latina se tornou um cenário importante da luta ideológica entre os blocos capitalista liderado pelos Estados Unidos e socialista liderado pela União Soviética. Cuba, após a Revolução Cubana em 1959, emergiu como uma nação socialista, desafiando a hegemonia dos Estados Unidos na região. O governo cubano liderado

por Fidel Castro implementou políticas socialistas, nacionalizou indústrias e estabeleceu laços estreitos com a União Soviética (SCHOULTZ, 1998).

Essa situação em Cuba foi vista pelos Estados Unidos como uma ameaça direta aos seus interesses geopolíticos e econômicos na América Latina. Consequentemente, os EUA adotaram uma postura hostil em relação a Cuba, impondo sanções econômicas, tentando isolar o país internacionalmente e até mesmo apoiando tentativas de derrubar o governo de Castro por meio de invasões ou operações de inteligência, como a fracassada tentativa de invasão da Baía dos Porcos em 1961 (LOWENTHAL, 1990).

No Brasil, um golpe militar em 1964 depôs o governo democrático de João Goulart e instaurou uma ditadura militar que durou mais de duas décadas. Durante esse período, o regime militar brasileiro implementou uma política de repressão política, censura e violações dos direitos humanos. Os Estados Unidos apoiaram ativamente o regime militar, fornecendo apoio econômico, militar e diplomático. O governo dos EUA via o regime militar brasileiro como um aliado confiável na luta contra o comunismo e como uma fonte de estabilidade na região (GRANDIN, 2011).

A ditadura militar argentina, conhecida como "Processo de Reorganização Nacional", foi estabelecida em 1976 por meio de um golpe militar. Durante esse período, o regime militar implementou uma política de repressão brutal contra dissidentes políticos, ativistas de direitos humanos e grupos de oposição. Os Estados Unidos apoiaram ativamente o regime argentino, fornecendo treinamento militar, armas e apoio político. A ajuda dos EUA foi justificada pela percepção de que o regime era uma barreira contra a expansão comunista na região (GRANDIN, 2011).

O surgimento de governos socialistas ou de esquerda em outros países latino-americanos também gerou preocupações nos Estados Unidos, que viam esses governos como possíveis aliados da União Soviética. No caso do Chile, a eleição de Salvador Allende, um líder socialista, como presidente em 1970, intensificou a tensão entre os Estados Unidos e o país (SCHOULTZ, 1998).

No desenrolar deste primeiro capítulo, exploramos as complexas interações entre o imperialismo americano e os países da América Latina, com foco na compreensão das dinâmicas que moldaram as relações entre os Estados Unidos e a região. Ao analisar o histórico de intervenções, interesses econômicos e influência política exercida pelos Estados Unidos, pudemos identificar padrões de comportamento que ecoaram por toda a América Latina.

No próximo capítulo, concentramos nossa atenção nas circunstâncias e eventos que levaram ao golpe militar no Chile em 1973, examinando como as políticas dos Estados Unidos desempenharam um papel crucial nesse contexto específico. Essas relações interligadas entre a superpotência e os países latino-americanos estabeleceram um contexto fundamental para a análise que será empreendida no próximo capítulo desta monografia.

3. O CHILE PRÉ-INTERVENÇÃO

Este capítulo busca traçar um panorama do desenvolvimento chileno até o momento crucial da eleição de Salvador Allende, explorando suas nuances políticas, sociais e econômicas. Examinaremos como o Chile, um país que se esforçou em direção à autonomia e à justiça social, acabou por se tornar um foco de atenção tanto para os regimes autoritários em outros países da América Latina quanto para a política externa dos Estados Unidos (WRIGHT, 2007).

Abordaremos o contexto da eleição de Allende, a atmosfera de busca por reformas e autodeterminação, assim como a presença significativa de exilados provenientes de regimes autoritários que encontraram refúgio no país. Além disso, investigaremos as razões subjacentes que contribuíram para a demora da ditadura chilena em relação a seus pares latino-americanos, oferecendo uma visão abrangente das complexidades que moldaram o desdobramento dos eventos (WINN, 1986).

O Chile passou por um complexo processo de desenvolvimento que culminou em um cenário de instabilidade política e social, contribuindo para o golpe militar de 1973. Antes da intervenção militar em 1973, o Chile vivenciou uma série de eventos e mudanças políticas que lançaram as bases para os acontecimentos subsequentes (WINN, 1986). Ao mergulharmos nas particularidades do Chile, o presente estudo busca entender mais profundamente o contexto que culminou na intervenção militar de 1973 e no trágico golpe que marcaria a história chilena e internacional.

3.1 Chile: desenvolvimento econômico, social e político

O processo de independência do Chile foi um capítulo crucial em sua história, marcado por eventos significativos que moldaram sua identidade nacional e influenciaram seu desenvolvimento. Houve participação ativa das classes trabalhadoras, especialmente os tecelões, no movimento de independência. Esses grupos desempenharam um papel fundamental na resistência contra o domínio espanhol, reivindicando não apenas a autonomia política, mas também a justiça social (WINN, 1986).

As alianças políticas e militares formadas durante a guerra contra a Espanha tiveram repercussões duradouras nas relações internacionais do Chile. O país emergiu da

independência com uma estrutura política que refletia não apenas suas aspirações internas, mas também as complexas dinâmicas globais do século XIX (SATER; COLLIER, 2019).

A busca pela independência do Chile foi motivada por uma série de fatores políticos, sociais e econômicos que culminaram em um movimento pró-independência no início do século XIX. O contexto global, marcado pelas ideias iluministas e pelos movimentos de independência em outras partes da América Latina, também influenciou o despertar do sentimento nacionalista no Chile. O processo de independência chileno teve início com o surgimento de movimentos separatistas, liderados por figuras como Bernardo O'Higgins e José de San Martín. San Martín, um líder militar argentino, desempenhou um papel crucial na formação de alianças que foram fundamentais para o sucesso do movimento. A aliança entre os dois países foi estratégica, visando enfraquecer o domínio espanhol na região (WINN, 1986).

Além da Argentina, o Chile também buscou apoio de outros países sul-americanos, como Peru e Colômbia. Essas alianças foram fundamentais para consolidar uma frente unida contra as forças leais à Espanha. A intervenção britânica, liderada por Lord Cochrane, também desempenhou um papel significativo no apoio naval ao Chile durante a guerra de independência. As razões para as alianças formadas durante o processo de independência eram diversas. As nações sul-americanas compartilhavam o objetivo comum de livrar a região do domínio colonial espanhol e alcançar a autonomia. Além disso, as alianças eram estratégicas do ponto de vista militar, fortalecendo as forças independentistas e enfraquecendo as tropas espanholas (SATER; COLLIER, 2019).

No contexto europeu, as relações do Chile durante as Guerras Napoleônicas foram influenciadas por disputas geopolíticas e interesses econômicos. A Espanha, buscando manter controle sobre suas colônias, viu sua posição enfraquecida devido a lutas internas e turbulências políticas. O apoio naval britânico, liderado por Lord Cochrane, desempenhou papel crucial na independência chilena, enfraquecendo as forças espanholas no mar (SATER; COLLIER, 2019).

A colaboração entre Chile e Grã-Bretanha foi motivada por interesses econômicos, principalmente no comércio de cobre chileno, e pela oportunidade de expandir influência britânica na América Latina, enfraquecendo a influência espanhola. A Grã-Bretanha, em conflito com a Espanha durante as Guerras Napoleônicas, viu na independência das colônias uma chance de ampliar seus interesses sem interferência espanhola. No século XIX, a Grã-Bretanha, defensora da autodeterminação, apoiou a independência do Chile como

expressão desses princípios, garantindo relações comerciais estáveis e expandindo sua influência na região (SATER; COLLIER, 2019).

No final do século XIX e início do século XX, o Chile experimentou um período de crescimento econômico impulsionado pela expansão de sua indústria de mineração, principalmente do cobre. A exploração de recursos minerais, em especial do salitre, desempenhou um papel crucial na economia chilena, permitindo que o país acumulasse riqueza e alcançasse significativo desenvolvimento econômico. (COLLIER, 1985)

Entretanto, esse período de prosperidade econômica também trouxe consigo desafios e conflitos sociais. A exploração de recursos naturais frequentemente envolvia condições de trabalho precárias e exploração, levando a movimentos sociais e greves trabalhistas. A história econômica do Chile nesse período é marcada por tensões entre o crescimento econômico impulsionado pela mineração e as demandas por melhores condições de trabalho e igualdade social (WINN, 2013).

Até os anos 1950/60, o Chile enfrentou desafios significativos em termos de desigualdade social e econômica. O país era caracterizado por uma estrutura social hierárquica, na qual uma elite dominante controlava grande parte das terras e dos recursos. Essa desigualdade era particularmente evidente nas áreas rurais, onde camponeses enfrentam condições muitas vezes precárias (WINN, 1986).

É importante destacar o movimento operário, no início dos anos 70, com foco nos trabalhadores da Yarur, uma fábrica têxtil. Esse movimento representava uma resposta às condições de trabalho desfavoráveis e à exploração dos trabalhadores. A luta por melhores condições laborais também estava intrinsecamente ligada a uma crítica mais ampla à desigualdade social e à concentração de poder (WINN, 1986).

Nas décadas de 1920 e 1930, surgiram movimentos feministas no Chile, influenciados por correntes internacionais e por questões sociais e políticas locais. As mulheres começaram a se reunir para discutir suas condições e a buscar maneiras de melhorar sua posição na sociedade. O movimento feminista na década de 1930 concentrou-se na luta pelo direito das mulheres de participar plenamente na vida política. As mulheres chilenas buscavam o direito ao voto e a igualdade de participação nas instâncias de tomada de decisão. Em 1934, durante o governo de Arturo Alessandri Palma, as mulheres conquistaram o direito de votar em eleições municipais, um passo importante para a conquista do sufrágio feminino, que viria em 1949 (OLIVA, 2012).

Quanto à riqueza e desenvolvimento do Chile, é importante notar que, embora o país tivesse recursos naturais significativos, como cobre, não se traduzia necessariamente em

benefícios equitativos para toda a população. A riqueza e os recursos do país não eram distribuídos de maneira justa, contribuindo para tensões sociais e econômicas. Essa desigualdade social e econômica foi um elemento importante na dinâmica política do Chile, contribuindo para o ativismo social e político que moldou o país ao longo do século XX, culminando nas transformações políticas e sociais significativas nas décadas seguintes, incluindo o governo de Salvador Allende e os eventos que se seguiram. (PREBISCH, 1981).

A Grande Depressão da década de 1930 teve um impacto significativo na economia chilena, reduzindo a demanda por suas exportações e causando dificuldades econômicas. Durante esse período, o governo chileno buscou implementar políticas de industrialização, visando reduzir a dependência de matérias-primas. A Grande Depressão incentivou o Chile a diversificar sua economia e a promover a industrialização como uma estratégia para mitigar os impactos econômicos adversos (PREBISCH, 1950).

Nos anos subsequentes, por volta de 1970 e 1990, o Chile continuou a buscar reformas econômicas que promovessem a estabilidade e o crescimento. A abertura econômica, o investimento estrangeiro e a diversificação das exportações contribuíram para um período de desenvolvimento econômico sustentado. O Chile emergiu como uma economia estável e dinâmica na América Latina, com altas taxas de crescimento e uma ênfase na integração global (RICARDO FFRENCH-DAVIS MUÑOZ; MANUEL AGOSÍN TRUMPER, 1997).

O Chile havia experimentado períodos de progresso e instabilidade ao longo do século XX. Entre os anos 1930 e 1950, o país passou por uma série de reformas sociais e econômicas que buscavam reduzir as desigualdades e promover a industrialização. No entanto, a polarização política e a crescente influência dos partidos de esquerda e direita contribuíram para a instabilidade política (WRIGHT, 2007).

Um momento crucial foi a eleição do presidente socialista Salvador Allende em 1970, marcando a primeira vez que um socialista chega ao poder democraticamente na América Latina. Allende adotou uma série de reformas, incluindo nacionalização de indústrias chave, redistribuição de terras e políticas sociais. Essas ações, enquanto populares entre alguns setores da sociedade, enfrentaram oposição feroz da elite empresarial, das forças armadas e dos Estados Unidos (WRIGHT, 2007).

Muitos autores argumentam que a intervenção dos Estados Unidos em Cuba e o medo do "efeito dominó" - a preocupação de que o socialismo se espalhasse pela América Latina - influenciaram o envolvimento americano no golpe militar no Chile. A experiência cubana, onde Fidel Castro havia derrubado um governo pró-americano e estabelecido um regime

socialista, aumentou a percepção de ameaça à segurança e aos interesses americanos na região (WINN, 2013).

A doutrina de segurança nacional adotada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria também desempenhou um papel significativo na relação entre Cuba e o Chile. A doutrina defendia a contenção do comunismo e a promoção de regimes favoráveis aos interesses americanos, muitas vezes apoiando governos autoritários ou ditaduras militares. A percepção de ameaça comunista em Cuba e a preocupação com a propagação do socialismo levaram a uma postura hostil em relação a governos de esquerda, como o de Salvador Allende no Chile (LOWENTHAL, 1990).

A influência cubana, seja por meio de apoio político, treinamento militar ou ideológico, teve um impacto indireto na polarização política no Chile e no fortalecimento da oposição ao governo de Allende. A cooperação entre os governos de Cuba e Chile, embora limitada, foi vista por alguns setores conservadores como uma confirmação de seus temores de uma ameaça comunista na região (WINN, 2013)

A experiência chilena do socialismo de Allende foi influenciada pelas ideias e práticas políticas de outros líderes socialistas na América Latina, incluindo Fidel Castro em Cuba. O governo de Allende foi parte de um movimento mais amplo de transformação política e social na América Latina na época, onde vários países buscavam uma alternativa ao modelo capitalista tradicional (HARMER, 2011). A autora destaca as conexões e trocas de experiências entre líderes socialistas latino-americanos, incluindo visitas de Allende a Cuba e intercâmbios entre membros do governo chileno e cubano.

A oposição ao governo de Allende foi impulsionada por uma coalizão de grupos conservadores no Chile, apoiados e incentivados pelos Estados Unidos, que viam o regime socialista como uma ameaça aos interesses americanos e à segurança regional. A influência cubana no Chile foi vista com desconfiança pelos Estados Unidos e pelos opositores internos, que a viam como uma interferência comunista no país. (HARMER, 2011)

No entanto, é importante citar que a relação entre Allende e Castro não era unânime ou livre de tensões. Allende buscava um caminho próprio para o socialismo no Chile, adaptando-o à realidade chilena e às instituições democráticas do país, enquanto Castro defendia uma abordagem mais radical e revolucionária (HARMER, 2011).

3.2 O Berço do Cepal

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 como um órgão da Organização das Nações Unidas (ONU), desempenhou um papel crucial na promoção do desenvolvimento econômico e social na região latino-americana. A sua fundação representou um marco importante na história do desenvolvimento econômico e social da América Latina, e o Chile desempenhou um papel fundamental nesse processo. Neste trabalho, exploraremos as razões pelas quais o Chile foi o berço da CEPAL e o contexto político e econômico que prevalecia no país na época (PREBISCH, 1950).

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) desempenhou um papel crucial no início das discussões críticas sobre desenvolvimento na América Latina. Fundada em 1948, a CEPAL tinha como objetivo principal analisar as condições econômicas da região e propor políticas que levassem a um desenvolvimento mais equitativo. Raúl Prebisch, um dos principais pensadores da CEPAL, contribuiu de maneira significativa para a formulação dessas ideias (CERVO, 2008).

A CEPAL, liderada por Prebisch, propôs estratégias específicas para promover o desenvolvimento econômico na América Latina. Uma abordagem-chave foi a promoção da industrialização por substituição de importações (ISI). A ideia era reduzir a dependência de bens manufaturados importados, incentivando a produção interna desses produtos. Essa estratégia visava fortalecer as economias locais e criar empregos. Enquanto muitas nações buscavam o desenvolvimento por meio da exportação de produtos primários, a CEPAL argumentava que essa abordagem perpetuava as desigualdades econômicas (PEREIRA, 2013).

As ideias da CEPAL tiveram uma influência significativa nas políticas econômicas adotadas por vários países latino-americanos. Muitas nações seguiram estratégias de industrialização por substituição de importações, implementando políticas de proteção à indústria nacional e investindo em infraestrutura (CERVO, 2008).

O contexto do nascimento da CEPAL estava impregnado de desafios econômicos e sociais enfrentados pela América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Os países latino-americanos estavam emergindo de um período de turbulência e buscavam maneiras de alcançar o desenvolvimento econômico de forma independente, afastando-se das influências das potências coloniais e das nações industrializadas (PREBISCH, 1950).

O Chile se destacou como uma exceção nas décadas de 1950 e 1960 em relação à onda de ditaduras militares que afetou vários países latino-americanos. Mantendo uma tradição democrática relativamente estável, o Chile fortaleceu suas instituições democráticas e evitou golpes militares durante esse período. A presença de uma sociedade civil ativa, liderança

política conciliadora, movimento operário robusto e a influência da Igreja Católica na "cristianização da democracia" contribuíram para uma atmosfera mais democrática e para a ausência de instabilidade política grave nesse intervalo (WINN, 1973).

O Chile, por ser relativamente estável, tornou-se um centro para discussões teóricas. Exilados de outros países latino-americanos encontraram refúgio no Chile. A relação entre a CEPAL e as políticas econômicas pode ser explorada usando exemplos específicos, como o impacto das ideias da CEPAL nas políticas de Fernando Henrique Cardoso (FHC) no Brasil. A CEPAL, ao promover discussões teóricas, influenciou uma geração de acadêmicos e políticos (PREBISCH, 1950).

Embora essa estabilidade relativa tenha marcado a história política chilena nas décadas de 1950 e 1960, é crucial notar que ela não impediu eventos posteriores, como o golpe militar de 1973 liderado por Augusto Pinochet. O entendimento desses períodos requer uma análise mais profunda das dinâmicas políticas, sociais e econômicas específicas que moldaram o cenário chileno ao longo do tempo (WINN, 1973).

A tradição de asilo político no Chile remonta a períodos anteriores à ditadura de Augusto Pinochet e reflete a posição histórica do país como um refúgio para indivíduos que fugiam de regimes autoritários em outras nações latino-americanas. Isso refletia não apenas a solidariedade histórica com indivíduos perseguidos politicamente, mas também a posição do país como um ator relevante nas questões internacionais na América Latina. Este fator foi um de muitos que facilitou a criação da CEPAL no país (WINN, 1973). O ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso exilou-se no Chile após o golpe de 1964, apesar de ter morado na França logo em seguida, ainda em seu tempo fora do Brasil (FOLHA, 2001).¹

O Chile se destacou como o berço da CEPAL devido a uma combinação única de fatores políticos, econômicos e intelectuais. Raúl Prebisch, economista argentino, um dos principais pensadores que influenciaram a criação da CEPAL, enfatizou a necessidade de uma abordagem regional para o desenvolvimento latino-americano. Ele argumentou que a região tinha características específicas que demandam políticas econômicas diferenciadas em relação aos modelos adotados pelas nações industrializadas (PREBISCH, 1950).

Além disso, o Chile já havia experimentado movimentos reformistas em seu cenário político e econômico. O governo chileno da época estava aberto a novas abordagens econômicas e ciente da necessidade de promover o desenvolvimento autônomo. Os intelectuais chilenos, como Raúl Prebisch, desempenharam um papel essencial na articulação

¹ Folha Online - Brasil - **FHC viveu no exílio após o Movimento de 64** - 02/06/2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u20691.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

das ideias que levariam à criação da CEPAL. Eles acreditavam que a América Latina tinha o potencial de alcançar o desenvolvimento econômico e social, mas isso exigiria políticas específicas e cooperação regional (BIELSTHOWSKY, 2000).

O Chile, portanto, proporcionou o terreno fértil para a fundação da CEPAL devido à sua receptividade a essas ideias e sua disposição em desafiar as normas tradicionais de desenvolvimento econômico. A CEPAL, desde então, se tornou uma voz influente na promoção do desenvolvimento latino-americano, trabalhando em estreita colaboração com os países da região para enfrentar os desafios econômicos e sociais que persistem até os dias de hoje. (BIELSTHOWSKY, 2000).

Raúl Prebisch, um economista argentino, foi uma figura central na fundação da CEPAL. Suas teorias sobre o desenvolvimento econômico, incluindo a ideia de deterioração dos termos de troca para países exportadores de commodities, foram influentes no estabelecimento da CEPAL. Prebisch foi nomeado o primeiro Secretário-Executivo da CEPAL e desempenhou um papel fundamental na formulação das ideias e políticas da comissão. O economista brasileiro Celso Furtado também teve uma influência significativa, trazendo perspectivas do Brasil para as discussões (PREBISCH, 1950).

O Chile, sob a liderança do presidente Gabriel González Videla na época, estava comprometido em encontrar soluções para os desafios econômicos e sociais da América Latina. A fundação da CEPAL refletiu o desejo de muitos líderes latino-americanos de abordar conjuntamente questões regionais de desenvolvimento. A CEPAL introduziu uma abordagem inovadora para o desenvolvimento, enfatizando a industrialização, a diversificação econômica e a promoção do mercado interno. Essas ideias encontraram eco no Chile, que estava interessado em impulsionar sua própria industrialização (BIELSTHOWSKY, 2000).

A relação entre a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o imperialismo americano na América Latina tem sido objeto de análise e debate por diversos autores das Relações Internacionais. Alguns argumentam que a CEPAL foi influenciada e moldada pelas políticas dos Estados Unidos, que buscavam consolidar sua influência na região e promover seus interesses econômicos (CARDOSO & FALETTO, 1979).

Nesse contexto, a CEPAL promoveu políticas econômicas neoliberais que beneficiaram as elites locais e interesses internacionais, em detrimento das camadas mais pobres da população. Tais políticas incluíam a liberalização comercial, a abertura aos investimentos estrangeiros e a promoção da exportação de matérias-primas, muitas vezes prejudicando a diversificação econômica e a proteção dos setores produtivos locais (CARDOSO & FALETTO, 1979).

O neoliberalismo é uma doutrina econômica que enfatiza a redução do papel do Estado na economia, defendendo a privatização de empresas estatais, a desregulamentação dos mercados e a abertura comercial e financeira. No contexto da formação e desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o neoliberalismo exerceu uma influência significativa, especialmente durante a segunda metade do século XX (CARDOSO & FALETTO, 1979).

Em suas primeiras décadas, a CEPAL foi marcada pela influência do estruturalismo, uma abordagem que enfatizava a necessidade de transformações estruturais na economia para alcançar o desenvolvimento. No entanto, com a ascensão do neoliberalismo nas décadas de 1970 e 1980, a CEPAL foi submetida a críticas e pressões para adotar políticas mais alinhadas com essa doutrina. Isso se refletiu em mudanças na orientação das políticas propostas pela instituição, que passaram a enfatizar a liberalização econômica, a estabilidade macroeconômica e a redução do papel do Estado na regulação da economia (CARDOSO & FALETTO, 1979).

Além disso, esses autores destacam a influência de teorias econômicas dominantes na época, como o estruturalismo e o pensamento cepalino, que frequentemente eram influenciados pelo pensamento econômico dos Estados Unidos. Argumenta-se que essas teorias e políticas econômicas contribuíram para a dependência econômica da América Latina em relação aos Estados Unidos e para a perpetuação de estruturas de desigualdade e subdesenvolvimento (SANTOS, 1970).

Entretanto, é importante ressaltar que essa visão não é unânime, e existem diferentes perspectivas sobre a relação entre a CEPAL e o imperialismo americano. Alguns autores destacam a autonomia da CEPAL em relação aos Estados Unidos, argumentando que a comissão desempenhou um papel importante na formulação de políticas de desenvolvimento econômico autônomas para a região (CARDOSO & FALETTO, 1979).

Ao longo das décadas, a CEPAL passou por transformações e ajustes em suas abordagens, reconhecendo as limitações do modelo de desenvolvimento anteriormente promovido e buscando novas estratégias para enfrentar os desafios da região, como a pobreza, a desigualdade e a exclusão social (SANTOS, 1970).

Raúl Prebisch, economista argentino e um dos fundadores da CEPAL, desenvolveu a teoria da dependência, que argumentava que os países em desenvolvimento estavam intrinsecamente ligados ao sistema capitalista dominado pelas nações industrializadas. Prebisch argumentava que a América Latina estava inserida em uma estrutura econômica

internacional desigual, na qual os países centrais, liderados pelos Estados Unidos, exploravam os recursos e o trabalho dos países periféricos (PREBISCH, 1950).

Fernando Henrique Cardoso, sociólogo e político brasileiro, em seu livro "Dependency and Development in Latin America" (1979), escrito em coautoria com Enzo Faletto, argumentou que a relação entre a CEPAL e o imperialismo americano se baseava na dependência econômica da América Latina em relação aos Estados Unidos. Ele criticou as políticas econômicas neoliberais promovidas pela CEPAL, argumentando que favoreciam os interesses das elites e perpetuam a subordinação econômica da região (CARDOSO & FALETTO, 1979).

Theotonio dos Santos, sociólogo e economista brasileiro, contribuiu para a teoria marxista da dependência, analisando a relação entre a CEPAL e o imperialismo americano. Ele argumentava que a CEPAL promovia uma estratégia de desenvolvimento baseada na dependência e no subdesenvolvimento da América Latina em relação aos Estados Unidos. Santos criticou a ênfase da CEPAL na industrialização e na modernização tecnológica como meio de alcançar o desenvolvimento, afirmando que essas políticas mantinham a dependência da região em relação aos países industrializados (SANTOS, 1970).

3.3 O Contexto Político Chileno com a eleição de Salvador Allende

O contexto político no Chile antes da eleição de Salvador Allende e os fatores que levaram o país a eleger um representante do Partido Socialista são temas cruciais na história chilena e latino-americana. A eleição de Allende representa um ponto de viragem significativo na política chilena, refletindo uma convergência de vários eventos e tendências políticas (HUERTA, 2013).

Antes da eleição de Salvador Allende, o Chile era caracterizado por um sistema político marcado pela predominância de partidos tradicionais e uma ordem social que estava, em grande parte, associada à elite. Os militares desempenhavam um papel proeminente na política, e o país estava passando por um período de turbulência social e política, caracterizado por uma crescente polarização (VALENZUELA, 1978).

Fatores que contribuíram para a eleição de Allende incluem a crescente desigualdade social e econômica no Chile, que gerou descontentamento entre a população. Isso foi acompanhado por uma crescente conscientização política e mobilização de grupos da sociedade civil e partidos de esquerda, como o Partido Socialista. O governo de Eduardo Frei, que governou o Chile de 1964 a 1970, também promoveu reformas sociais, mas não conseguiu conter efetivamente as demandas por uma mudança mais radical (VALENZUELA, 1978).

A eleição do presidente socialista Salvador Allende em 1970, marcou a primeira vez que um socialista chegou ao poder democraticamente na América Latina. Allende adotou uma série de reformas, incluindo nacionalização de indústrias chave, redistribuição de terras e políticas sociais. Essas ações, enquanto populares entre alguns setores da sociedade, enfrentaram oposição feroz da elite empresarial, das forças armadas e dos Estados Unidos (WRIGHT, 2007).

Muitos autores argumentam que a intervenção dos Estados Unidos em Cuba e o medo do "efeito dominó" - a preocupação de que o socialismo se espalhasse pela América Latina - influenciaram o envolvimento americano no golpe militar no Chile. A experiência cubana, onde Fidel Castro havia derrubado um governo pró-americano e estabelecido um regime socialista, aumentou a percepção de ameaça à segurança e aos interesses americanos na região (WINN, 2013).

A doutrina de segurança nacional adotada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria também desempenhou um papel significativo na relação entre Cuba e o Chile. A doutrina

defendia a contenção do comunismo e a promoção de regimes favoráveis aos interesses americanos, muitas vezes apoiando governos autoritários ou ditaduras militares. A percepção de ameaça comunista em Cuba e a preocupação com a propagação do socialismo levaram a uma postura hostil em relação a governos de esquerda, como o de Salvador Allende no Chile (LOWENTHAL, 1990).

A influência cubana, seja por meio de apoio político, treinamento militar ou ideológico, teve um impacto indireto na polarização política no Chile e no fortalecimento da oposição ao governo de Allende. A cooperação entre os governos de Cuba e Chile, embora limitada, foi vista por alguns setores conservadores como uma confirmação de seus temores de uma ameaça comunista na região (WINN, 2013)

A experiência chilena do socialismo de Allende foi influenciada pelas ideias e práticas políticas de outros líderes socialistas na América Latina, incluindo Fidel Castro em Cuba. O governo de Allende foi parte de um movimento mais amplo de transformação política e social na América Latina na época, onde vários países buscavam uma alternativa ao modelo capitalista tradicional (HARMER, 2011). A autora destaca as conexões e trocas de experiências entre líderes socialistas latino-americanos, incluindo visitas de Allende a Cuba e intercâmbios entre membros do governo chileno e cubano.

A oposição ao governo de Allende foi impulsionada por uma coalizão de grupos conservadores no Chile, apoiados e incentivados pelos Estados Unidos, que viam o regime socialista como uma ameaça aos interesses americanos e à segurança regional. A influência cubana no Chile foi vista com desconfiança pelos Estados Unidos e pelos opositores internos, que a viam como uma interferência comunista no país. (HARMER, 2011)

No entanto, é importante citar que a relação entre Allende e Castro não era unânime ou livre de tensões. Allende buscava um caminho próprio para o socialismo no Chile, adaptando-o à realidade chilena e às instituições democráticas do país, enquanto Castro defendia uma abordagem mais radical e revolucionária (HARMER, 2011).

Allende ganhou as eleições como candidato da coalizão da Unidade Popular, que incluía partidos de esquerda e movimentos sociais. A vitória de Allende refletiu o desejo de muitos chilenos por uma mudança mais profunda e uma resposta às crescentes pressões sociais. Como o autor Valenzuela (1978) destaca, "a eleição de Salvador Allende representou uma vitória do movimento popular chileno, que há muito tempo aspirava por uma mudança significativa na ordem política e econômica do país".

O governo de Allende representou uma tentativa significativa de construir um modelo de desenvolvimento independente para o Chile, afastando-se das influências estrangeiras,

especialmente no âmbito econômico. Allende implementou políticas de nacionalização de indústrias-chave e tentou fortalecer a presença do Estado na economia, buscando uma via socialista democrática (O'DONNELL, 1973).

No entanto, setores da sociedade chilena, incluindo militares, empresários e parte da classe média, opuseram-se às reformas de Allende, argumentando que ameaçavam a estabilidade econômica e o sistema democrático do país. Essas tensões políticas e sociais se intensificaram ao longo do governo de Allende. Além disso, os Estados Unidos na busca em combater o comunismo na América Latina, o governo de Allende foi percebido como uma ameaça aos interesses norte-americanos no Chile, o que resultou em pressões políticas e econômicas significativas (HUERTA, 2013).

A polarização política e a crise econômica contribuíram para a desestabilização do país. A radicalização dos conflitos levou a um clima de confronto constante entre o governo e a oposição, culminando no golpe militar liderado por Augusto Pinochet em setembro de 1973 (O'DONNELL, 1973).

4. A INFLUÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS E O GOVERNO DE AUGUSTO PINOCHET

O fatídico dia 11 de setembro de 1973 foi marcado por uma escalada dramática de eventos que culminaram no Golpe Militar no Chile. Como descreve Dinges (2004), as Forças Armadas, lideradas pelo general Pinochet, iniciaram uma ação coordenada contra o governo de Salvador Allende. O Palácio de La Moneda, sede do governo, foi submetido a intensos bombardeios aéreos e terrestres. Imagens icônicas da fumaça envolvendo o palácio simbolizaram o colapso do governo democrático.

Durante o cerco ao Palácio de La Moneda, Salvador Allende, em seu último discurso transmitido pelo rádio, resistiu tenazmente, expressando sua dedicação à causa democrática e socialista. Entretanto, sua resistência foi em vão, e a brutalidade do golpe se desdobrou com a ocupação militar das principais instituições do país. Dinges relata que uma caçada implacável começou resultando na perseguição, prisão e execução de líderes políticos, intelectuais e membros da oposição (DINGES, 2004).

Ainda conforme Dinges (2003), os relatos sobre os horrores daquele dia são abundantes. Testemunhas oculares e sobreviventes descrevem a violência indiscriminada exercida pelas forças militares e paramilitares. O regime de Pinochet instaurou um período de repressão brutal, caracterizado por prisões arbitrárias, torturas e execuções sumárias. A população chilena vivenciou um cenário de medo constante, com a supressão de qualquer forma de oposição política e manifestação cultural (DINGES, 2004).

É fundamental destacar que o Golpe Militar não foi apenas um evento isolado, mas o ápice de uma série de conspirações e movimentações políticas anteriores. Valenzuela (1978) destaca a articulação de setores conservadores, tanto civis quanto militares, que se opunham às reformas progressistas de Allende. A complexidade desses eventos ilustra a profunda divisão que existia na sociedade chilena naquela época, revelando as feridas que persistiram por décadas.

4.1 A ditadura do General Pinochet no Chile

Um dos acontecimentos mais marcantes na década de 1970 foi o golpe militar que, em 11 de setembro de 1973, depôs o governo democrático de Salvador Allende, lançando o Chile em um período de muitas mortes (GALEANO, 2010). Após 1973, o Chile experimentou uma ditadura centralizada em torno do General Augusto Pinochet. Este regime autoritário, com

baixa institucionalização, concentrou decisões e produção legislativa na figura de Pinochet, deixando poucos espaços formais para participação na deliberação política, principalmente com representantes do empresariado e das forças políticas que apoiaram o golpe (AGGIO, 2002).

O governo de Pinochet, durante esse período de terror, foi responsável pela violenta derrocada da democracia, marcada pela destruição do Palácio de La Moneda, o falecimento de Salvador Allende e a queima dos registros eleitorais, visando a erradicação das instituições democráticas no Chile. Além disso, ficou notório pelos inúmeros óbitos, detenções, torturas e exílios que assolaram o país (SADER, 2003).

A ditadura de Pinochet foi utilizada como modelo para outros governos autoritários que buscavam realizar contra revoluções. Essa transformação eficazmente desfez as mudanças asseguradas pela revolução chilena, privatizando empresas nacionalizadas, proibindo partidos e sindicatos de orientação esquerdista, e reprimindo o poder popular exercido por trabalhadores, camponeses e moradores urbanos de baixa renda (WINN, 2010).

Desse modo, este dia ficou marcado por intensa repressão e violência. Winn (2010) enfatiza que a revolução pacífica no Chile chegou a um fim abrupto e violento. Nos dias e noites subsequentes, a ditadura impôs um reinado de terror de orientação direitista, resultando no desaparecimento de mais de três mil chilenos e no aprisionamento de possivelmente cem mil, sujeitando muito a atos de tortura.

A ditadura de Pinochet foi longa e autoritária, durando mais de dezesseis anos. Suas vítimas, que incluíam tanto pessoas famosas quanto indivíduos comuns, eram majoritariamente jovens desconhecidos que resistiram corajosamente à ditadura ou foram considerados capazes de organizar oposição ao governo (WINN, 2010).

O método de tortura mais amplamente empregado durante a ditadura de Pinochet era o uso de choques elétricos, uma prática anteriormente utilizada pela ditadura brasileira. Especificamente, as mulheres eram intensamente afetadas por esses instrumentos de tortura, que incluíam choques elétricos em seus seios e genitália, estupros repetidos e até mesmo a introdução de ratos e insetos em suas áreas íntimas, muitas vezes enquanto estavam grávidas (WINN, 2010).

Na zona rural, a ditadura impôs uma violência intensa, aproveitando a falta de cobertura da imprensa e testemunhas. Em Nehuentúe Mapuche, as forças militares invadiram cooperativas locais em busca de armamentos, resultando em espancamentos, abusos e torturas contra a população. Em Neltume, um ataque a um posto policial desencadeou uma

repressão significativa, resultando na detenção e execução de muitos camponeses e trabalhadores (WINN, 2010).

O golpe de 1973, no Chile, ensinou aos latino-americanos que os Estados Unidos não permitiram o sucesso do socialismo democrático na região. Isso levou a uma onda de regimes militares de direita na América do Sul até 1978, deixando os esquerdistas sem refúgio regional. Diante desse cenário, Fidel Castro concluiu que a América Latina não estava apta para a revolução e direcionou suas esperanças e intervenções urbanas para a África (WINN, 2010).

Sob o governo de Pinochet, o Chile, da mesma forma que durante a gestão de Allende, continuou sendo uma influência regional, entretanto agora como um paradigma de terrorismo de Estado e repressão social. O regime de Pinochet liderou a Operação Condor, uma rede de terror de Estado que uniu os governos militares de direita do Cone Sul- Chile, Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai- junto com as suas agências de inteligência militar e política. Essa aliança conduziu uma guerra clandestina contra os esquerdistas refugiados na região. Os assassinatos de figuras como o general chileno Carlos Prats, ex-comandante do Exército de Allende, na Argentina, e dos líderes do Congresso uruguaio Zelmar Michelini e Hector Ruiz Gutierrez, ilustram vividamente essa operação na América do Sul (WINN, 2010).

Segundo Aggio(2002), o governo autoritário de Augusto Pinochet, estabelecido após o golpe sangrento de 1973 resistiu até que várias estratégias de confronto direto com a ditadura se mostraram ineficazes. Isso envolveu tentativas de ações armadas contra o regime, incluindo o próprio ditador, e mobilizações em massa conhecidas como as “protestas” na década de 1980. Ambas as estratégias pressupunham a capacidade de derrubar a ditadura por meio da força ou de movimentos sociais. No final de 1986, ficou claro que era impossível derrotar a ditadura, quer por meios armados, quer por meio de lutas sociais em grande escala. Setores democráticos ativos perceberam a inviabilidade de confrontos, inclusive militares, ou da busca extra institucional pelo poder (AGGIO, 2002).

De acordo com Andressa Santos (2016), o governo de Pinochet pode ser considerado o mais violento da história da América Latina, caracterizado por mais de vinte mil mortos e numerosos desaparecimentos. Além disso, os líderes políticos que se opunham ao regime foram detidos e levados ao Estádio Nacional de Santiago, onde foram submetidos a torturas, mutilações e execuções por fuzilamento.

O governo de Augusto Pinochet foi caracterizado por intensa censura da mídia, restrição de direitos, imposição de toque de recolher e estado de sítio, fechamento do congresso e,

sobretudo, a proibição da expressão de opiniões de orientação política de esquerda (SANTOS, 2016).

Durante esse período, os chilenos que resistiam a essas práticas enfrentaram uma pressão psicológica intensa, resultando na instauração de um clima de terror em todo o país. Esse ambiente adverso minou a capacidade de resistência, levando à perda de força para lutar contra o regime. Como consequência, houve uma queda significativa na solidariedade entre as pessoas, contribuindo para uma notável indiferença social (SANTOS, 2016).

A ditadura liderada por Pinochet, com base na contundente derrota do movimento popular, implementou de forma pioneira o modelo econômico neoliberal e definiu uma constituição que ainda permanece em vigor no Chile, mesmo que tenha passado por alterações em plebiscito conduzido ainda durante o estado de sítio (SADER, 2003).

Após o golpe e a consolidação da ditadura, a campanha de terror no Chile persistiu. A criação da Direção de Inteligência Nacional (DINA) por Pinochet marcou a transição de uma matança massiva para uma matança seletiva. Mais de mil câmaras de tortura foram estabelecidas, incluindo a notória Villa Grimaldi, onde comunistas, socialistas e marxistas eram mantidos em condições desumanas, sofrendo torturas brutais e frequentemente sendo executados e seus corpos ocultados (WINN, 2010).

Com o aumento do número de adversários além das fronteiras, Pinochet optou por estabelecer uma aliança secreta, constituída na década de 1970, com outros países, sendo eles: Uruguai, Paraguai, Bolívia, Brasil e Argentina. O objetivo dessa aliança era realizar operações coordenadas e facilitar o trabalho de agentes com alcance global, visando neutralizar políticos opositores ou colaboradores de grupos de esquerda em qualquer país. (SOUZA,2011)

O Departamento de Defesa dos Estados Unidos apoiou e auxiliou na estruturação do plano Condor. Esta aliança foi dividida em três momentos, um banco de dados foi criado para registrar os indivíduos considerados “subversivos”, seguido pela eliminação de ativistas de esquerda em países vizinhos. Posteriormente, uma organização de grande escala foi criada com o intuito de eliminar oponentes políticos em regiões da América Latina. (SOUZA,2011)

Os documentos desclassificados mostram que os EUA facilitaram a colaboração entre os serviços de inteligência sul-americanos para eliminar grupos de oposição de esquerda. Embora tenham apoiado a integração das forças de segurança, a CIA não foi responsável pela criação da Operação Condor, atribuída ao Chile. A agência teve conhecimento das operações, mas não participou diretamente dos assassinatos. (SOUZA,2011)

Em 1978, os Estados Unidos, que anteriormente eram a favor do estabelecimento da ditadura, passaram a ser um dos principais opositores de Pinochet, em decorrência do ataque contra Orlando Letelier, ex-ministro do interior do Chile e crítico de Augusto Pinochet, ocorrido em território americano (MECHI; DULCI, 2023).

Quarenta anos após o incidente, os Estados Unidos apresentaram documentos secretos da ditadura chilena que confirmam a responsabilidade de Pinochet na morte de Letelier, que perdeu a vida em um atentado à bomba em seu carro. Letelier destacava e era opositor a perseguição política e violações dos direitos humanos durante o regime de Augusto Pinochet. Esses documentos detalham como o ditador ordenou o assassinato de Letelier devido à sua postura política e ativismo pelos direitos humanos (AYUSO, 2016).

Os Estados Unidos abandonaram Augusto Pinochet devido ao recuo da União Soviética em um confronto com o presidente dos EUA da época, Ronald Reagan, e à falta de ameaças à segurança nacional do Chile. Por essa razão, Reagan incentivou e custeou uma campanha contra a campanha de reeleição de Augusto Pinochet. Isso culminou na vitória da democracia em 1988 (TULCHIN, 2016).

O embaixador dos EUA no Chile, Harry Barnes, comunicou a Pinochet que uma contestação aos resultados do voto popular geraria forte oposição nos Estados Unidos. Essa mudança no sentido político do país foi feita em um documento intitulado “Declaração de Apoio à Democracia no Chile”, em 17 de dezembro de 1987 (TULCHIN, 2016).

Entre 1980 e 1981, o governo de Pinochet fortaleceu seu domínio ao confirmar uma Constituição autoritária e estabelecer sua “revolução” de orientação direitista na política e na sociedade do Chile. A eleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos proporcionou a Pinochet um aliado em Washington. Adicionalmente, o notável crescimento econômico, a baixa inflação e a entrada substancial de capital estrangeiro destacaram o que parecia ser o êxito de sua revolução econômica neoliberal (WINN, 2010).

No entanto, aquilo que inicialmente aparentava ser um período de crescimento econômico revelou-se uma realidade ilusória. Ao final de 1981, a suposta ascensão neoliberal começou a desmascarar a verdade por trás dessa narrativa, resultando em protestos em massa contra a ditadura de Pinochet. Esses acontecimentos marcaram o início da extensa transição do Chile em direção à democracia (WINN, 2010).

Perante a crise econômica, a repressão política e as políticas sociais retrógradas no Chile, os trabalhadores reagiram com vigor a partir de 1983. Sob a liderança dos trabalhadores das minas de cobre, os protestos incluíram paralisações mensais e manifestações que ressoaram em toda a sociedade. A classe média uniu-se aos protestos, indicando uma crescente oposição

ao Pinochet. Entretanto, os protagonistas centrais desse levante foram os jovens desempregados das favelas, onde o impacto duradouro da revolução chilena ainda se fazia sentir (WINN, 2010).

Durante esse período, a junta militar chilena permitiu a elevação dos preços dos produtos, mas estatizou os salários, impondo um corte de 50% nos salários reais. Isso resultou em muitos trabalhadores enfrentando uma dieta restrita, comendo apenas pão, chá e cebolas, porque apenas tinham renda para comprar o básico. As eleições sindicais foram proibidas, sendo os trabalhadores mais antigos designados para liderar os sindicatos, os quais foram reduzidos a associações de auxílio mútuo e serviços funerários. Essas ações não apenas revertiam os avanços conquistados pelos trabalhadores pela revolução, mas também desfaziam as “conquistas” alcançadas ao longo de décadas de luta (WINN, 2010).

Em “Maio de 83”, os carabineiros, que são os políticos chilenos responsáveis pela defesa da população civil e portavam uma arma chamada carabina, realizaram prisões em massa em resposta às barricadas organizadas por estudantes e sindicatos. O episódio ficou marcado como um esforço para garantir o retorno da democracia e o fim da ditadura no Chile (SANTOS, 2016).

O término da ditadura chilena ocorreu em 1990 por meio de eleições diretas que levaram Patricio Aylwin ao poder. Essas eleições ocorreram devido a um plebiscito realizado em 1988, que propunha a extensão do mandato de Pinochet por mais oito anos. No entanto, a população, já exausta da falta de direitos humanos durante o regime, votou contra essa proposta, pavimentando o caminho para a transição democrática (SANTOS, 2016).

Em 2008, uma pesquisa foi conduzida para identificar as figuras heroicas contemporâneas para os chilenos. O ex-presidente Allende conquistou o primeiro lugar devido às suas notáveis contribuições para o país, sendo reverenciado por seus feitos. Por outro lado, Pinochet não apareceu sequer entre os dez primeiros da pesquisa, pois sua liderança resultou na destruição da revolução de Allende e causou significativos danos ao Chile (WINN, 2010).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença notável da tradição democrática no Chile não impediu a intervenção dos Estados Unidos no país. Na realidade, a busca pela democracia ao longo da história política chilena diferia consideravelmente do conceito de democracia promovido por Washington. Conforme discutido na segunda parte do capítulo 1, o imperialismo provocou diversas transformações globais e comportamentais nos países, especialmente nos subjugados, como o Chile.

Na segunda parte do capítulo dois, conforme argumentado, destaca a independência do Chile como um evento de grande importância. Ele ressalta o papel crucial das classes trabalhadoras, que não apenas resistiram ao domínio espanhol, mas também buscaram independência política e igualdade social. Como resultado, o Chile experimentou mudanças significativas, com as lutas sociais persistindo até os dias atuais e os partidos de esquerda enfrentando dificuldades de representação parlamentares devido à forte repressão durante a ditadura de Pinochet.

Ao concluir este estudo, exploramos em detalhes a administração de Augusto Pinochet e a influência exercida pelos Estados Unidos durante a Revolução Chilena. Assim, pudemos aprofundar nossa compreensão sobre os eventos marcantes ocorridos na década de 70. Este período foi caracterizado por inúmeros atos de violência, incluindo milhares de assassinatos e desaparecimentos, revelando as profundas cicatrizes deixadas pela repressão política e pelos abusos de direitos humanos perpetrados sob o regime de Pinochet. O exame desses eventos não apenas proporciona uma avaliação crítica do passado, mas também lança luz sobre as intrincadas relações geopolíticas que delinearam o panorama chileno naquela época. Isso ressalta a interconexão entre as medidas adotadas pelo governo Pinochet e o papel desempenhado pelos Estados Unidos na região.

O propósito fundamental deste estudo consistiu na busca por uma análise crítica dos eventos que marcaram a história contemporânea latino-americana. As reflexões propostas visavam, portanto, transcender a mera descrição dos eventos, estimulando uma análise crítica que pudesse contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e consciente.

A ditadura chilena, que se estendeu de 1973 a 1990 sob o comando do general Augusto Pinochet, deixou uma marca profunda na sociedade chilena. Durante esse momento, ocorreram violações graves dos direitos humanos, prisões arbitrárias, torturas e execuções, marcando uma fase sombria da história do país. Este estudo buscou não apenas narrar esses

eventos, mas também analisar as raízes históricas, as dinâmicas políticas e as implicações culturais que permearam essa época.

Em última análise, o objetivo final desse trabalho é estimular um diálogo mais amplo e informado sobre a história chilena. Através da promoção da reflexão crítica, esperava-se não apenas honrar a memória das vítimas da ditadura, mas também reconhecer a relevância contínua desses eventos para o entendimento do presente e a construção de um futuro mais promissor.

6. REFERÊNCIAS

AGGIO, ALBERTO. **Democracia e Socialismo: a experiência chilena**. Editora Annablume, 2002.

ALFRED THAYER MAHAN. **The Influence of Sea Power Upon History, 1660-1783**. [s.l.] London: Methuen, 1918.

ANDRE GUNDER FRANK. **Capitalism and underdevelopment in Latin America: historical studies of Chile and Brazil**. New York: Monthly Review Press, 2009.

AYUSO, Silvia. **EUA entregam a prova de que Pinochet ordenou assassinato de Orlando Letelier**. EL PAÍS, Washington, 23 de set. de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/23/internacional/1474658001_549935.html. Acesso em: 23 de fev. de 2024.

BANDEIRA, Moniz. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. (2005)

BIELSTHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Disponível em: <https://archivo.cepal.org/pdfs/cdPrebisch/123.pdf>. Acesso em: 18 out. 2023.

CERVO, Amado. **Inserção internacional: formação de conceitos brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2008.

CHOMSKY, Noam. **What Uncle Sam Really Wants**. Odonian Press, 1993.

COATSWORTH, John. **United States Interventions**. Harvard Review of Latin América, 2005. Disponível em: <https://archive.revista.drclas.harvard.edu/book/united-states-interventions>. Acesso em: 28 de Agosto de 2023.

COLLIER, S. (1985). **Chile from Independence to the War of the Pacific**. In L. Bethell (Ed.), *The Cambridge History of Latin America* (The Cambridge History of Latin America, pp. 583-614). Cambridge: Cambridge University Press.
doi:10.1017/CHOL9780521232241.016

DINGES, J. **Os Anos do Condor**. [s.l.] Companhia das Letras, 2019.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1961.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. [s.l.: s.n.]. 1975.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. [s.l.: s.n.]. 1973.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO; ENZO FALETTO VERNÉ. **Dependency and development in Latin America**. Berkeley, Calif.: University Of California Press, Cop, 1979.

Folha Online - Brasil - **FHC viveu no exílio após o Movimento de 64** - 02/06/2001.
Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u20691.shtml>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FURTADO, C. **Formação econômica da América Latina**. [s.l.: s.n.].

G JOHN IKENBERRY. **After victory: institutions, strategic restraint, and the rebuilding of order after major wars**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre (Rs): L & Pm Pocket, 2010.

GEORGE FROST KENNAN. **The sources of Soviet conduct**. [s.l.] Indianapolis, Ind.] Bobbs-Merrill [Ca, 1975.

GRAMSCI, Antonio. et al. **Cadernos do cárcere**. [s.l.] Rio De Janeiro Civilização Brasileira, 2007.

GRANDIN, G. **The last colonial massacre: Latin America in the Cold War**. Chicago; London: University Of Chicago Press, 2011.

HANS JOACHIM MORGENTHAU. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade De Brasília, 2003.

HARMER, T. **Allende's Chile and the inter-american cold war**. [s.l.] Univ Of North Carolina Pr, 2014.

HOBSBAWN, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Paz e Terra, 1990.

JOAQUÍN FERMANDOIS HUERTA. **La revolución inconclusa la izquierda chilena y el gobierno de la Unidad Popular**. [s.l.] Santiago De Chile Centro De Estudios Públicos Octubre De, 2013.

LÊNIN, Vladímir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. [s.l.] Boitempo Editorial, 2021.

LOWENTHAL, A. F. **Partners in Conflict**. [s.l.: s.n.].

MANN, Michael. **The Sources of Social Power: Volume II, The Rise of Classes and Nation-States, 1760-1914**. Cambridge University Press, 2014.

MARTÍ, José; UREÑA, Pedro Henriquez. **Nuestra América**. Santo Domingo: Ediciones Cielonaranja, 2016.

NOAM CHOMSKY. **Hegemony or survival: America's quest for global dominance**. New York: Metropolitan Books, 2003.

O'DONNELL, G. A. **Modernization and Bureaucratic-authoritarianism**. [s.l.] Berkeley: Institute of International Studies, University of California, 1973.

O'DONNELL, G. **Modernización y autoritarismo**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2011.

OLIVA, Maria Angelica Illanes. **Nuestra história violeta feminismo social y vidas de mujeres en el siglo XX, una revolución permanente.** [s.l.] Santiago De Chile Lom Ed, 2012.

PEREIRA, D. M. M. **Resenha: Inserção Internacional: Formação De Conceitos Brasileiros.** Conjuntura Austral, v. 4, n. 17, p. 130, 2 maio 2013.

PREBISCH, RAÚL. **El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas.** CEPAL, 2012.

RAÚL PREBISCH. **Obras escogidas de Raúl Prebisch: Teoría económica general.** Crecimiento y desarrollo económico de América Latina. [s.l: s.n.].

RENDA, Mary. **Taking Haiti: Military Occupation and the Culture of U.S. Imperialism, 1915-1940.** University of North Carolina Press, 2001.

RICARDO FFRENCH-DAVIS MUÑOZ; MANUEL AGOSÍN TRUMPER. **Managing capital inflows in Chile.** Estudios De Economía, v. 24, p. 297–326, 1 dez. 1997.

RODNEY, W. **How Europe Underdeveloped Africa.** London; New York: Verso, 2018.

SADER, Emir. **Chile, 30 anos atrás.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 11.09.2003. Caderno Opinião, p. A3.

SALÉM VASCONCELOS, joana. **Salvador Allende e o brilho da revolução chilena.** Tricontinental. 3 de set. de 2020. Disponível em: <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/salvador-allende-e-o-brilho-da-revolucao-chilena/>. Acesso em: 24 de jan. de 2024.

SANTOS, Andressa de Melo. **A queda de Allende e a ascensão do general Pinochet: o terrorismo de estado e o legado do regime ditatorial chileno.** 2006. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)-Faculdade Damas da Instrução Cristã, Recife, 2017.
MECHI, P. S.; DULCI, T. M. S. **Extrema-direita e neoconservadorismo na América Latina e no Caribe.** São Carlos: Pedro & João Editores, 2023.

SATER, W.; COLLIER, S. **Historia de Chile, 1808-2017.** [s.l.] Ediciones AKAL, 2019.

SCHOULTZ, L. **Beneath the United States.** [s.l: s.n.].

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Imperialismo e classes sociais.** [s.l: s.n.]. 1961.

SOUZA, Fabiano Farias. Operação Condor: Terrorismo de Estado no Cone Sul das Américas. **Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS.** Num.8, vol. 3, janeiro-junho 2011. Disponível em:< <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/12769/11960>>. Acesso em: 26, fev. de 2024.

STRANGE, Susan. **States and Markets.** London: Pinter Publishers, 1988.

THEOTONIO DOS SANTOS. **Imperialismo y dependencia.** Caracas, Venezuela: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

TULCHIN, Joseph S. **América Latina X Estados Unidos**. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

VALENZUELA, A. **The Breakdown of Democratic Regimes**. [s.l.] Breakdown of Democratic Regime, 1978.

WILLIAM APPLEMAN WILLIAMS. **Empire as a Way of Life**. [s.l.] Ig Publishing, 2007.

WILLIAMS, W. A. **The tragedy of American diplomacy**. [s.l.] New York W.W. Norton, 1988.

WINN, P. **Weavers of revolution: the Yarur workers and Chile's road to socialism**. New York: Oxford University Press, Breinigsville, Penn, 2013.

WINN, Peter. **20 Revoluções do Século: A Revolução Chilena**. 1a Edição. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

WRIGHT, T. C. **State terrorism in Latin America: Chile, Argentina, and international human rights**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2007.